

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.362 - RJ (2016/0020301-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : PAULO MAURICIO DOMINGUES MACEDO FILHO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquela unidade federativa.

Consta dos autos que o ora recorrido foi denunciado e pronunciado como incurso "nas penas do artigo 121, § 2º, incisos I (motivo torpe), III (emprego de meio cruel — apenas no que tange à vítima MARIO) e IV (recurso que dificultou a defesa das vítimas), do Código Penal", por duas vezes (e-STJ fls. 1.145/1.147).

Irresignada, a defesa interpôs recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal de origem deu provimento para decretar a nulidade *ex radice* da ação penal, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 1.343/1.347):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - PENAL E PROCESSUAL PENAL - PRONÚNCIA - DÚPLICE HOMICÍDIO, SENDO UM DELES TRIPLAMENTE QUALIFICADO, PELA TORPEZA DA MOTIVAÇÃO, PELO EMPREGO DE RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA, E AINDA, PELA CRUELDADE DO MEIO EMPREGADO, E O SEGUNDO DELES DUPLAMENTE QUALIFICADO POR DUAS AQUELAS PRIMITIVAS CIRCUNSTÂNCIAS - EPISÓDIO OCORRIDO NO BAIRRO IMBARIÊ, COMARCA DE DUQUE DE CAXIAS - IMPUTAÇÃO QUE ESTABELECE QUE O IMPLICADO, JUNTAMENTE COM NILO RODRIGUES MACEDO, QUEM TEVE EXTINTA A SUA PUNIBILIDADE EM RAZÃO DE SEU ÓBITO, E DE OUTROS INDIVÍDUOS NÃO IDENTIFICADOS, TERIAM EFETUADO DISPAROS DE ARMA DE FOGO CONTRA AS VÍTIMAS MARIO JOSÉ CELESTINO SILVA, CONHECIDO POR "IBAMA", E ELIANE SÁ DA SILVA, CAUSANDO NESTES AS LESÕES QUE TERIAM SIDO A CAUSA EFICIENTE DE SEUS ÓBITOS - DESCRIÇÃO QUE ASSEVERA QUE "NÃO SE PODE PRECISAR QUAL DOS DENUNCIADOS FOI O AUTOR DIRETO DOS DISPAROS, MAS É CERTO QUE CONCORRERAM DOLOSA E EFICAZMENTE PARA O DELITO, AJUSTANDO SUA

PRÁTICA E DANDO EXECUÇÃO À RESOLUÇÃO CRIMINOSA", O QUE TERIA SE INICIADO QUANDO AMBOS OS IMPLICADOS EMBARCARAM CAUSA EFICIENTE DE SEUS ÓBITOS - DESCRIÇÃO QUE ASSEVERA QUE "NÃO SE PODE PRECISAR QUAL DOS DENUNCIADOS FOI O AUTOR DIRETO DOS DISPAROS, MAS É CERTO QUE CONCORRERAM DOLOSA E EFICAZMENTE PARA O DELITO, AJUSTANDO SUA PRÁTICA E DANDO EXECUÇÃO À RESOLUÇÃO CRIMINOSA", O QUE TERIA SE INICIADO QUANDO AMBOS OS IMPLICADOS EMBARCARAM NO VEÍCULO MARCA CITROEN, PLACA LKN 5511, UTILIZADO COMO TRANSPORTE ALTERNATIVO E NO QUAL ERA MOTORISTA A VÍTIMA MARIO E COBRADORA A VÍTIMA ELIANE, TENDO, A PARTIR DAÍ, RENDIDO AMBAS, AGREDINDO-AS, E AINDA AS CONDUZINDO ATÉ O LOCAL EM QUE FORAM EXECUTADAS - MOTIVAÇÃO DO DELITO QUE TERIA SIDO DESCRITA COMO TORPE, A PARTIR DA INDICAÇÃO DE QUE PRETENDIAM OS SUPOSTOS AUTORES EFETUAR UMA "DEMONSTRAÇÃO DE PODER E SATISFAÇÃO DE VIL VAIDADE CRIMINAL, ANTE A DESOBEEDIÊNCIA POR PARTE DAS VÍTIMAS EM CUMPRIR AS DETERMINAÇÕES DO PRIMEIRO DENUNCIADO (RUSSINHO), SEJA QUANTO AO LOCAL DE PARADA DOS VEÍCULOS, SEJA QUANTO AO PAGAMENTO DE VALORES COBRADO TÍTULO DE TAXAS , EIS QUE SE INTITULAVA ADMINISTRADOR DA LINHA DE VANS, TRAJETO CENTRAL DO BRASIL X PIABETÁ, APÓS ÀS 22:00 HORAS", ENQUANTO FOI AINDA ALUDIDO PELO PARQUET QUE "O MEIO UTILIZADO NO HOMICÍDIO DE MARIO FOI CRUEL, POIS AO SER AGREDIDO POR AMBOS OS DENUNCIADOS, IMPLORAVA POR SUA VIDA, PROMETENDO NÃO MAIS DESOBEDECER AS REGRAS IMPOSTAS PELO DONO DA LINHA , SENDO ASSIM SUBMETIDO A INTENSO E DESNECESSÁRIO SOFRIMENTO FÍSICO E MENTAL, REVELANDO TOTAL AUSÊNCIA DE PIEDADE", ALÉM DE INDICAR QUE "O DELITO FOI PERPETRADO DE MODO A DIFICULTAR A DEFESA DAS VÍTIMAS, MEDIANTE AÇÃO INOPINADA E ABRUPTA, VEZ QUE RENDIDAS E DOMINADAS PELOS DENUNCIADOS E TERCEIRAS PESSOAS ATÉ O LOCAL DA EXECUÇÃO, COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO E EM SUPERIORIDADE NUMÉRICA, QUANDO JAMAIS PODERIAM SUPOR AQUELE ATAQUE" - DECISÃO DE PRONÚNCIA QUE ACOLHEU INTEGRALMENTE A IMPUTAÇÃO ORIGINÁRIA - INCONFORMISMO DEFENSIVO DE PAULO, DIANTE DO DESFAVORÁVEL DESENLACE, PLEITEANDO A DECRETAÇÃO DE SUA IMPRONÚNCIA, OU, ALTERNATIVAMENTE, O DESCARTE DAS QUALIFICADORAS IMPUTADAS, AO ARGUMENTO DA INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA - PROCEDÊNCIA DO

RECURSO DEFENSIVO - INÉPCIA DA DENÚNCIA QUE SE APRESENTA COMO INDISFARÇÁVEL, A PARTIR DA PRÓPRIA DECLARAÇÃO MINISTERIAL QUANTO À IMPOSSIBILIDADE DE PRECISAR A CONDUTA PERPETRADA POR CADA UM DOS IMPLICADOS E DE MOLDE A TORNAR CRISTALINA A IMPRESTABILIDADE DESTA PEÇA NODAL DA IMPUTAÇÃO E LINHA CONDUTORA DE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL, ALÉM DE FONTE SENTENCIAL PRIMÁRIA, VINDO AINDA A INVIABILIZAR, POR COMPLETO, O DESEMPENHO DO MISTER DEFENSIVO, VIOLANDO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLITUDE DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E, POR DERIVAÇÃO, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL - PRECEDENTES DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS - IMPRESTABILIDADE DA DESCRIÇÃO MINISTERIAL QUANTO À INCIDÊNCIA DAS QUALIFICADORAS DO EMPREGO DE MEIO CRUEL, BEM COMO DO RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DAS VÍTIMAS, NA EXATA MEDIDA EM QUE, QUANTO À PRIMEIRA, O MEIO RETRATADO PELA VESTIBULAR COMO MERECEDOR DAQUELA CLASSIFICAÇÃO NÃO SE ENCONTRA RELACIONADO COM AQUELE QUE FOI O EFETIVAMENTE UTILIZADO PARA SE ALCANÇAR O RESULTADO MORTE, JÁ QUE O PARQUET SE REFERE À BARBÁRIE DO PRETÉRITO ESPANCAMENTO, SEM SE APERCEBER QUE MÁRIO E ELIANE, FORAM MORTOS POR DISPAROS DE ARMA DE FOGO, SEM PREJUÍZO DE SE VERIFICAR QUE AS CIRCUNSTÂNCIAS DA SURPRESA E DO INOPINO DA ABORDAGEM RESTARAM UTILIZADAS PARA CONDUZIREM AS VÍTIMAS A DETERMINADO LOCAL NO QUALESTAS FORAM MORTAS, MAS NÃO DIRETAMENTE COMO CIRCUNSTÂNCIA AFETA À PERPETRAÇÃO DOS HOMICÍDIOS, NÃO PODENDO ASSIM FIGURAREM COMO ELEMENTOS CONFIGURADORES DA PRESENÇA DESTAS QUALIFICADORAS - DECISÃO DE PRONÚNCIA PROFERIDA DE FORMA GENÉRICA, AMPLA E INDETERMINADA, NÃO SE EXTRAINDO DA MANIFESTAÇÃO JUDICIAL UM ÚNICO CONCRETO ELEMENTO QUE SE ENCONTRASSE RELACIONADO AOS FATOS EM QUESTÃO OU MESMO A CORRESPONDENTE INSTRUÇÃO PROCESSUAL, TENDO O MAGISTRADO SE CONTENTADO EM EFETUAR ABRANGENTES AFIRMAÇÕES QUANTO À PRESENÇA DE UM SUSTENTÁCULO PROBATÓRIO SUFICIENTE À PROLAÇÃO DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA IMPUTAÇÃO, AS QUAIS SE CREDENCIAM A SEREM "TRANSPORTADAS" E "ENCAIXADAS" EM QUALQUER FEITO EM QUE SE TENHA A IMPUTAÇÃO DA PRÁTICA DE UM DELITO DOLOSO CONTRA A VIDA, NUM CLARO MALFERIMENTO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA MOTIVAÇÃO DOS ATOS

Superior Tribunal de Justiça

JUDICIAIS (ART. 93, INC. IX DA CARTA POLÍTICA) -
DECRETAÇÃO DA NULIDADE EX RADICE DO FEITO, QUER
DA DECISÃO DE PRONÚNCIA, QUER DA INTEGRALIDADE
DO FEITO EM QUESTÃO, MERCÊ DO RECONHECIMENTO E
DA DECLARAÇÃO DA INÉPCIA DA DENÚNCIA -
PROVIMENTO DO RECURSO DEFENSIVO.

Dá a interposição deste recurso especial, no qual o *Parquet* alega negativa de vigência aos arts. 41, 569, 571, I, e 572, todos do Código de Processo Penal, bem como aos arts. 29, *caput*, e 121, § 2º, I, III e IV, ambos do Código Penal.

Sustenta que não se admite o reconhecimento de inépcia da denúncia depois de prolatada sentença de pronúncia, se a matéria não foi anteriormente suscitada pela defesa, tendo ocorrido a preclusão.

Argumenta que "a denúncia de fls. 02/02-A preenche integralmente os requisitos do mencionado dispositivo legal" (e-STJ fl. 1.406), que se imputou "ao recorrido a prática de um homicídio, em data e local certo, com a indicação das vítimas, maneira de execução e demais circunstâncias dos crimes de homicídio" (e-STJ fl. 1.407), e que "as qualificadoras do crime de homicídio também foram devidamente descritas, não havendo que se falar, outrossim, em inépcia no que tange a essas circunstâncias" (e-STJ fl. 1.408).

Afirma, ainda, que "é absurdo o v. acórdão que reputa inepta a denúncia porque não descreve quem efetivamente realizou o ato material que ceifou a vida da vítima, bem como quem foi o autor direto, pois estas informações, provavelmente, jamais serão conhecidas, salvo com eventual confissão" (e-STJ fl. 1.410).

Pleiteia a reforma do acórdão, "para determinar o prosseguimento da ação penal, haja vista a ausência de inépcia na denúncia ofertada, inclusive no que tange às qualificadoras, com o retorno dos autos ao Juízo de Direito de Primeiro Grau para a prolação da nova sentença de pronúncia, haja vista o reconhecimento pelo TJRJ de ausência de fundamentação" (e-STJ fl. 1.415).

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 1.420).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial (e-STJ fl. 1.484).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

De início, anote-se que o entendimento adotado por esta Corte Superior é o de que é descabida a alegação de inépcia da denúncia depois de proferida a decisão de pronúncia, porquanto não há falar em juízo de valor acerca da higidez da inicial acusatória, como na hipótese, se houve pronúncia, provimento esse de jaez de cognição exauriente, do qual se extrai que houve análise verticalizada do acervo probatório, encerrando o *iudicium accusationis*.

A propósito, confirmam-se:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. INCOMPATIBILIDADE COM A VIA ELEITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PERDA DO OBJETO. ADEMAIS, PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. PRISÃO PREVENTIVA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. EXECUÇÃO DE VÍTIMA EM RAZÃO DE DISPUTAS RELACIONADAS AO TRÁFICO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DO ART. 319 DO CPP. INVIABILIDADE. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

[...]

3. "Resta prejudicado o pleito de inépcia com a superveniência da pronúncia, porquanto perde sentido a análise de sua higidez formal se já confirmada após toda a instrução perante o juiz togado. Entender de modo contrário importa em infringir, em última ratio, o acervo fático erigido sob o crivo do contraditório, o que não é possível na via eleita. Como cedo, a pronúncia, embora não decida o mérito da persecução, contém juízo de confirmação da pretensão punitiva, com muito maior gravidade do que meros indícios de autoria e materialidade exigidos na denúncia". (RHC 63.772/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 6/10/2016, DJe 25/10/2016).

[...]

11. Recurso ordinário parcialmente conhecido e desprovido. (RHC 102.607/ES, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 14/02/2019, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. PENAL. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. DENÚNCIA. INÉPCIA. NÃO OCORRÊNCIA. TESE APRESENTADA APÓS A SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PRECLUSÃO CONFIGURADA.

[...]

4. A tese de inépcia da denúncia deve ser levantada antes da prolação da sentença de pronúncia, sob pena de preclusão.

5. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 495.231/RJ, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 23/04/2015, grifei.)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. RECORRENTE PRONUNCIADO POR HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO (ART. 121, § 2o., II E IV DO CPB). INÉPCIA DA DENÚNCIA: TEMA PRECLUSO EM RAZÃO DA PRONÚNCIA DOS ACUSADOS. PRECEDENTES DO STJ. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADOS. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO, APTA, PORTANTO, A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. ADMISSIBILIDADE DA DENÚNCIA GENÉRICA, EM CASOS DE CRIME COM VÁRIOS AGENTES E CONDUTAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE DEFESA PRELIMINAR E NÃO COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA. EVENTUAL NULIDADE PROVOCADA PELO PRÓPRIO RECORRENTE E SEU DEFENSOR CONSTITUÍDO, DEVIDAMENTE INTIMADOS PARA OS ATOS PROCESSUAIS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI: ATAQUE DO GRUPO À VÍTIMA, QUE, APÓS AGREDIDA, FOI ATINGIDA POR TIROS PELAS COSTAS. PARECER MINISTERIAL PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

1. A inépcia da denúncia deve ser alegada antes da decisão de pronúncia, sob pena de preclusão da matéria. Precedentes do STJ.

[...]

8. Recurso Ordinário desprovido. (RHC 21.482/RS, relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 23/02/2010, DJe 12/04/2010, grifei.)

Superior Tribunal de Justiça

Na espécie, verifica-se que foi reconhecida de ofício a inépcia da inicial acusatória pela Corte de origem após a prolação da decisão de pronúncia, tendo ocorrido a preclusão.

Desse modo, por destoar da pacífica orientação deste Tribunal Superior, merece reforma o acórdão proferido pela Corte de origem.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial para reformar o acórdão recorrido no ponto em que reconheceu a inépcia da denúncia, determinando a remessa dos autos ao Juízo sumariante para a prolação de nova decisão de pronúncia.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator